



DEFENSORIA PÚBLICA DO AMAPÁ
Rua Eliezer Levy, Nº 1157 - Bairro Centro - CEP 68900-083 - Macapá - AP - defensoria.ap.def.br

MANIFESTAÇÃO

AO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ

PROCESSO SEI: 26.0.000001819-7

REFERENTE: A solicitação de contratação do Palestrante Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho para IV Semana Jurídica da Defensoria Pública

ASSUNTO: Cumprimento de diligência administrativa, em razão do despacho de Id nº 0199595

Dirijo-me a Vossa Excelência, com os cumprimentos de estilo, na qualidade de Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública do Amapá, para apresentar manifestação em estrito atendimento à diligência determinada no Despacho SEI nº 0199595, referente ao procedimento administrativo de contratação do Prof. Dr. Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho.

Esclarecemos que o referido docente que foi solicitado a contratação atuará como palestrante na IV Semana Jurídica da Defensoria Pública do Estado do Amapá, que tem por eixo temático "Direitos Humanos, Inovação e Transformação Social", no dia 20 de maio de 2026, na qual este fará aula magna sobre o seguinte tema: "Responsabilidade Civil, Direito Antidiscriminatório, Direitos Humanos e Transformação Social".

A IV SEMANA JURÍDICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ é uma iniciativa da Defensoria Pública do Amapá, organizada pela Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá, com o objetivo reafirmar a Defensoria Pública do Estado do Amapá como instituição essencial à consolidação do Estado Democrático de Direito, instrumento legítimo de promoção da justiça social e de tutela dos direitos fundamentais. Busca-se, por meio de iniciativas educativas e comemorativas, exaltar a nobre missão dos Defensores Públicos, fomentar o aprimoramento técnico e humano de seus membros e fortalecer a integração entre as diversas esferas do sistema de justiça, de modo a ampliar o acesso à cidadania plena, a dignidade da pessoa humana e a proteção dos grupos em situação de vulnerabilidade.

Trata-se de um evento fixo no calendário da Escola Superior realizado anualmente sempre no mês de maio, por ser o mês em que se comemora o Dia da Defensoria Pública, da Defensora e do Defensor Público (19 de maio), reforçando o compromisso da instituição com a defesa dos direitos fundamentais, a promoção da justiça social e a proteção da dignidade humana. Este evento está consolidado, com um histórico de execuções exitosas. Lembramos que na edição de 2025, contou com a participação de doutrinadores Rogério Sanches, André de Carvalho Ramos, Pedro Coelho, Fillipe Nascimento, Soraia Mendes, Fernanda Evlaine, Flávio Martins, Aalice Biachini e Daniel Amorim Assumpção Neves, reuniu mais de 140 participantes, entre estudantes de direito, professores, operadores do direito de um modo geral e defensores públicos, demonstrando a relevância e o alcance da iniciativa.

Segundo consta na proposta de Id nº 0195809, o valor de investimento perfaz o valor global de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), este montante engloba não apenas os honorários, mas **todos os**

custos inerentes à logística, quais sejam: passagens aéreas (Salvador/Macapá/Salvador), traslado, hospedagem e alimentação. O adimplemento ocorrerá mediante depósito em favor da pessoa jurídica Pamplona Produções Científicas LTDA (CNPJ nº 18.430.969/0001-68).

A contratação do Doutrinador justifica-se por múltiplos fatores de relevância institucional e acadêmica:

Primeiramente, o profissional detém trajetória consagrada como Magistrado de carreira e Professor Titular, sendo uma das vozes mais influentes na doutrina civilista e juslaboral contemporânea. Sua autoridade científica é evidenciada pela autoria e coautoria de obras clássicas de Direito Civil, as quais fundamentam o raciocínio jurídico nacional sobre a Teoria Geral das Obrigações, Responsabilidade Civil e Hermenêutica. Sua produção acadêmica é marcada pelo rigor metodológico e pela transposição da teoria acadêmica para a práxis forense.

Em segundo lugar, sua atuação técnica propicia uma imersão profunda na interdisciplinaridade do Direito Privado com foco no Direito Social. A expertise do palestrante sobre as mutações do Direito de Danos e a eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações privadas é de extrema utilidade prática para os Defensores Públicos, especialmente em demandas que envolvem a dignidade da pessoa humana frente ao poder econômico e às novas relações de trabalho.

Além disso, os temas propostos para a palestra guardam estreita relação com a missão constitucional da Defensoria Pública, conforme previsto na Lei Complementar n.º 80/1994. A atuação institucional demanda constante atualização sobre a tutela dos vulneráveis na esfera privada; nesse sentido, a abordagem do professor Pamplona sobre o mínimo existencial e a função social do contrato alinha-se perfeitamente aos objetivos de redução das desigualdades e defesa dos hipossuficientes.

O valor dos honorários apresentados mostra-se compatível com a notória especialização do profissional, fundamentada em décadas de magistratura e magistério, sendo o investimento plenamente justificado pela densidade do conteúdo técnico a ser transmitido.

De acordo com o Despacho exarado pelo Coordenador de Licitações, Contratos e Convênios, Sr. Bianor Monteiro dos Santos Júnior, no âmbito do Processo SEI n.º 26.0.000001959-2, foram comunicadas as contratações aprovadas no Plano de Contratações Anual – PCA/2026, vinculadas às demandas da Escola Superior.

Dentre as contratações aprovadas, constam as de n.º 43/2026 a 51/2026, destinadas à contratação de palestrantes, nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei n.º 14.133/2021, que estabelece o Plano de Contratações Anual como instrumento obrigatório de planejamento, e da Portaria n.º 33/2024, que disciplina o PCA no âmbito da Defensoria Pública do Amapá.

Assim, as presentes contratações encontram respaldo na **Contratação n.º 46/2026** – Contratação de Palestrante 04, aprovada no PCA/2026, assegurando a rastreabilidade, a governança e a conformidade com o planejamento institucional, conforme orientado pelo setor de licitações.

Diante do exposto, considerando a relevância do **IV SEMANA JURÍDICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ** como instrumento de fortalecimento da imagem institucional e de promoção dos direitos humanos, a continuidade do projeto exitoso iniciado em 2022, a notoriedade e qualificação da profissional convidada, a compatibilidade do valor proposto e o devido amparo no Plano de Contratações Anual – PCA/2026, solicito a Vossa Excelência:

a) A autorização para deflagração do processo de contratação da Dr. Rodolfo Mário Veiga Pamplona, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de honorários, acrescido das despesas de passagem aérea, hospedagem e alimentação;

b) A vinculação da contratação ao n.º 46/2026 do PCA/2026 – Contratação de Palestrante 04;

c) O encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios

para as providências cabíveis à regular instrução processual, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e das normativas internas.

Respeitosamente, submeto à superior deliberação de Vossa Excelência.

Macapá/AP, data da assinatura eletrônica.

EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS
Diretor da Escola Superior Defensoria Pública do Estado do Amapá



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Pereira dos Anjos, Defensor Público**, em 17/04/2026, às 12:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0210035** e o código CRC **58A00D23**.